

**Um outro Palmares:
ocupação, resistência e colonização da Mata norte de “Alagoas”
(Vila de Porto Calvo, 1695-1767)¹**

Ademir Gomes do Nascimento

Mestrando em História da Cultura Afro-brasileira, UFAL

Orientador: Antônio Filipe Pereira Caetano, UFAL

ademirgomes@hotmail.com

Após décadas resistindo a sucessivos ataques, o secular² mocambo dos Palmares sucumbia, parcialmente, diante do poder bélico luso-brasileiro. A “derrota”, no entanto, não significaria, como queria as elites locais, a extinção dos palmarinos, nem tão pouco dos mocambos e pequenos quilombos espalhados por aquelas matas. Nesse sentido, a presente comunicação propõe discutir como os remanescentes do mocambo dos Palmares, sobretudo os mestiços, *nascidos livres nas matas* (os caboclos) contribuíram para a formação do campesinato alagoano sob o estigma da pobreza no Atlântico Sul.

Como aporte espacial e geográfico, versaremos a região da vila de Porto Calvo³, que nos idos do século XVIII fazia parte de uma área extensa com um ecossistema favorável à sobrevivência dos nativos e dos palmarinos.

Para construção do tema foi levado em consideração os relatos orais frente ao imaginário popular dos “portocalvenses”, ou seja, *Vestígios* de antigos povos⁴, aliados ao

¹ Faz-se necessário ressaltar que este texto se apresenta como objeto de estudo futuro para nossa dissertação de mestrado. Portanto, esta pesquisa está ainda em fase preliminar. Parte da documentação coletada está sendo pré-dispostas à análise mais criteriosa e outras poderão sofrer alterações à medida que for avançando a pesquisa.

² Para Flávio Gomes, os primeiros registros de negros sublevados nas matas da capitania de Pernambuco datam do final do século XVI: GOMES, Flávio dos Santos. *Palmares escravidão e liberdade no Atlântico Sul*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 29.

³ A sesmaria de Cristóvão Lins, conquistada desde os finais do século XVI, estendia-se, grosso modo, até o que hoje denominamos de Alagoas. Segundo o historiador Manoel Diegues, “aos atuais municípios de Porto Calvo, Porto de Pedra, Camaragibe, Maragogi, Colônia de Leopoldina, e parte de São Luís do Quitunde, talvez até o rio Santo Antônio Grande, servindo este com limite sul”. Quanto aos limites em Pernambuco, segundo o Alagoano Craveiro Costa: a sesmaria se estendia para parte norte até o Cabo de Santo Agostinho (Pernambuco): DIEGUES JUNIOR, Manuel. *O banguê nas Alagoas, Traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional*. 2. ed. Maceió, EDUFAL, 1980, p.42; COSTA, Craveiro. *História das Alagoas (Resumo Didático)*. São Paulo: Proprietária, p.18.

⁴ Nas matas da região são encontrados, com frequência, vários fragmentos de cerâmicas típicas dos povos ameríndios, que, por sua vez, vem contribuindo para a “comprovação”, de forma pejorativa, claro, às narrativas dos nativos.

folclore de tradição oral, considerados como *indícios* secundários para a construção do tema⁵ e, assim, surgiram as primeiras premissas da pesquisa. Portanto, para substancializar historicamente, pesquisamos, com o auxílio da historiografia sobre os quilombos e da documentação empírica⁶ que trata do tema em discussão.

Por isso, devido ao teor introdutório e discursivo da investigação que ora se apresenta, não nos atemos a um método específico de análise. Porém a linha teórica a ser seguida enquadra-se no contexto da história social⁷, com base na história vista de baixo. Um verdadeiro desafio, uma vez que é notório as limitações das fontes primárias para o século XVIII disponíveis com relação ao tema proposto.

Devemos considerar, também, como critério de análise que os remanescentes *mestiços* palmarinos e pequenos roceiros foram marginalizados tanto pelos registros primários (escritos em sua maioria pelas elites coloniais letrada), quanto por parte da historiografia clássica (de interpretação romântica) que rotularam de forma preconceituosa a população rural livre de pequenos agricultores, agregados, roceiros, ciganos, mascates, estereotipando esse grupo como a escória da sociedade sesmeira escravista. Uma aversão equivocada, diga-se de passagem.

Sendo assim, reintegramos que o Palmarenses que iremos debater, centra-se na sociedade mestiça mocambeira – *filhos e filhas das matas* de tradição africana, mestiças de índios e brancos pobres – que moldaram um novo *modus vivendi* nas matas das cercanias de Porto Calvo, cujas tradições são vistas até os nossos dias, pois, sabemos que, ao estudarmos a história das antigas comunidades, “na maioria das vezes, lidamos com sociedades e comunidades para as quais o passado é essencialmente o padrão para o presente”⁸. Esses grupos são moldados, sobretudo, devido às circunstâncias espaciais que seus descendentes foram capazes de lembrar ou ainda digno de ser necessário lembrar⁹.

⁵ Para efeito de justificativa, esta pesquisa surgiu baseada, como se percebe, da tradição oral com base nos mitos e lendas da população rural local.

⁶ Em síntese, atualmente sites de pesquisa vem disponibilizando um vasto acervo de documentos digitalizados e de fácil acessibilidade. Para efeito desta pesquisa, foram baixados e impressos vários documentos do período em estudo, contudo, devido ao curto espaço de tempo para concluir este *paper* não foi possível paleografar toda a documentação.

⁷ Segundo Kalina Wanderlei ao dialogar com Hobsbawm: “*toda história é uma história social se considerarmos a história como registro das sociedades humanas*”, SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas solidões vastas e assustadoras – Os pobres do açúcar e conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003, p. 12.

⁸ HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013 p. 25.

⁹ Em complemento a este pensamento Eric Hobsbawm propôs que: ao resgatar evidências históricas dos nossos antepassados firmamos nossa identidade com aquelas que nos antecederam. HOBBSAWM, Op. Cit. pp. 44-60.

Breve descrição e historiografia sobre Palmares

Descrita por suas riquezas naturais, Palmares em meados do século XVII formava uma área com grande potencialidade para a agricultura. A diversidade de plantas e animais naquela região, foram apontadas com detalhes desde o período holandês. Sabe-se, que, em 1645, o capitão João Blaer¹⁰, sob as ordens do Conde Maurício de Nassau, foi determinado para adentrar naquelas matas e capturas os negros que faziam ataques aos engenhos e canaviais. Apesar do desastre eminente desta segunda investida holandesa contra Palmares¹¹, os relatos da carta do capitão holandês Blaer descrevia com detalhes a geografia das matas mocambeiras, detalhando a singularidade da fertilidade do solo. Com isso, a região mostrava-se favorável à expansão das áreas produtivas dos sertões, propícia a ampliação da colonização no Atlântico Sul batavo¹². Por sua vez, o bispo de Pernambuco, em 1697, dizia que as terras dos Palmares eram “as melhores da capitania”¹³.

Pelo que tudo indica, após o período holandês aumentaram, consideravelmente, o número de pessoas vivendo nas cercanias de Palmares. Quando eram poucos e formavam pequenos grupos, poderiam sobreviver naquelas matas de forma natural, porém, agora, com o aumento populacional, seria então necessário, para a auto sobrevivência dos mocambos, uma centralização política e administrativa dos grupos que lá estavam presentes.

Ganga Zumba, naquele momento, aparecia nas documentações como o rei dos Palmares, sendo substituído posteriormente por Zumbi. Este último não se conformou com o armistício de Cucaú¹⁴, acordo firmado entre o governado da capitania de Pernambuco, Aires

¹⁰ Para maiores informações com relação a expedições do capitão holandês João Blaer, veja-se: CARNEIRO, Edson. *O Quilombo dos Palmares*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, pp. 54-57. Sobre os holandeses nos Palmares veja-se, FREITAS, Décio. *Palmares a guerra dos escravos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, pp. 46-61; CARNEIRO, Edson. *O Quilombo dos Palmares*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, pp. 47-57.

¹¹ Com relação às expedições holandesas nos palmares encontramos referências em vários autores, destes, apenas destacamos as obras seguintes: FREITAS, Décio. *Palmares a guerra dos escravos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984, pp. 46-61; CARNEIRO, op. cit., pp 47-57; FREITAS, Mário Martins de. *Reino negro de Palmares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988, pp. 181-194; PÉRET, Benjamin. *O quilombo dos Palmares*. Porto Alegre: UFRGS, 2002, pp. 121-123.

¹² Quanto à diversidade das lavouras no período holandês na região dos palmares, os estudos dos historiadores citados anteriormente podem servir como referência para as reflexões aqui propostas.

¹³ CARNEIRO, op. cit., p.18.

¹⁴ Por esse acordo, segundo Edson Carneiro, o governador, Pedro de Almeida, “concedeu ao rei Ganga-Zumba o título de Mestre de Campo e que fosse dado para “vivendas o sítio que apontassem, e a paz para a sua habitação, e plantas; que se assentasse a paz (...); que fossem livres os nascidos nos Palmares; que teriam comércio, e trato com os moradores”: CARNEIRO, Edson, *Ibidem*, p.78; Já por sua vez Lindoso cita o acordo de Cucaú mas não traz detalhes: LINDOSO, Dirceu. *O poder quilombola: a comunidade mocambeira e a organização social quilombola*. Maceió: EDUFAL, 2007, p. 91.

de Souza e Castro¹⁵, e o “rei” palmarino Gamba Zumba, em 1678. Conforme a narrativa histórica, após a morte do “rei” do mocambo assumiria o comando da capital palmarina Macaco (localizada na Serra da Barriga, hoje União dos Palmares, Alagoas), e, desse local, continuou fazendo resistência contra as autoridades sesmeiras escravistas até o ano de 1694. Todavia, a região do Macaco foi atacada por tropas mestiças de bandeirantes, índios, brancos e negros do terço dos Henriques. Posteriormente, no ano seguinte à destruição de capital palmarina, Zumbi foi assassinado e decapitado. Encerrava-se o período dos mocambos unidos e fortificados, porém, já havia, no mínimo, três gerações de palmarinos vivendo de forma pacíficas nas matas mocambeiras.

Os palmarinos que sobreviveram ao *grande ataque* vem sendo estudados de maneira mais intensa pelos pesquisadores atuais. Historiadores, arqueólogos, sociólogos, geógrafos, etnólogos e outros estudiosos vem ampliando as possibilidades do pensar histórico das comunidades mocambeiras, revelando novas técnicas¹⁶ e estabelecendo novos conceitos para aquelas comunidades, contrapondo-se ao olhar elitista narrativo promovido por uma historiográfica clássica¹⁷.

Com efeito, Palmares ao longo dos séculos foi descrito de várias formas e olhares. Seus contemporâneos, por exemplo, teceram seus discursos a luz dos conquistadores. O advogado português e historiador Sebastião da Rocha Pita¹⁸, por exemplo, classificava o quilombo com “*uma república rústica, bem ordenada a seu modo*”¹⁹. Coevo à Rocha Pita o governador Fernão Coutinho escreveu ao rei, em 1671, que “*não está menos perigoso este Estado com o atrevimento destes negros do que com os holandeses, porque os moradores, nas suas mesmas casas, e engenhos, têm os inimigos que os podem conquistar*”²⁰. A ameaça

¹⁵ VAINFAS, Ronaldo. Deus contra Palmares: representações senhoriais e ideias jesuíticas in REIS, João José; GOMES, Flávio do Santos. Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia da Letras, 1996, p. 67.

¹⁶ Através do viés da abordagem de micro história o universo de anônimos da história vem alcançando espaço. Temas como roceiros pobres; agricultores livres e pobres; homens livres pobres e libertos; roceiros marginalizados e outros, vêm ganhado, de forma geral, espaço nas obras de novos historiadores e, também, das pesquisas e especializações acadêmicas.

¹⁷ Como historiadores clássicos da história do Quilombos dos Palmares, citaremos as obras de alguns, como efeito de exemplo e dos quais tivemos acesso, tais como: Ernesto Ennes, Décio Freitas, Edison Carneiro, Mário Martins de Freitas, Décio Freitas, cujas referências constam na bibliografia deste *paper*.

¹⁸ ROCHA PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*, 1730.

¹⁹ Alguns pesquisadores criticaram o termo “república” utilizado, em primeiro plano, provavelmente, por Oliveira Martins para qualificar politicamente os mocambos unidos de Palmares. O historiador e professor da Universidade Federal da Bahia, Waldir Freitas, ao dialogar com outros autores discorda da utilização do termo OLIVEIRA, Waldir Freitas. “Economia de Palmares”. In: MOURA, Clóvis (Org.). *Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil*. Maceió: EDUFAL, 2001, p.65.

²⁰ CARNEIRO, Op. Cit. p. 5.

escrava era eminente tanto dentro das matas, “*onde viviam isolados*”, quanto nas vilas e engenhos.

De uma forma geral, é notório que em Palmares viviam grupos ojerizados pela sociedade escravista. Por outro lado, a história contemporânea, nas últimas décadas, vem desconstruindo alguns conceitos e pré-conceitos sobre esse assunto. Manoel Corrêa de Andrade, por sua vez, referindo-se ao isolacionismo de escravos nos mocambos, descreveu como um equívoco a construção desta visão. Segundo o autor, os mocambos

(...) estabeleciam relações de comércio com os indígenas das regiões vizinhas e até com a população branca e mestiça que viviam nas proximidades. Muitas vezes alimentavam-se com produtos dos engenhos, tomados a força ou obtidas por trocas com escravos ainda vivendo em senzalas, de comerciantes estabelecidos nas imediações ou de “mascates” ambulantes que viviam caminhado pelas estradas e entrando nos engenhos, sítios e fazendas para vender as suas mercadorias²¹.

Tendo com referência documentos do início do século XVII, Flávio Gomes, que vem avançando bastante nas suas pesquisas, rompeu com a visão conservadora a qual nos referíamos anteriormente. Desprendendo-se do factual, de vertente rankeana e ao dialogar com outros historiadores, defendeu que as fugas dos escravos chegavam com os primeiros engenhos e que “*no final do século XVI até meados do século XVIII, formou-se, cresceu, prosperou e finalmente foi destruída a maior das comunidades de fugitivos das Américas*”²².

Portanto, ao repensar Palmares, Flávio Gomes defendeu a hipótese de um Palmares fazendo resistência após 1695 – ano da morte de Zumbi e marco da suposta destruição dos mocambos fortificados e unidos –, contrariando as vertentes clássicas. Porém, provavelmente, Gomes, para não fugir da linha de sua pesquisa, dedicou poucas linhas sobre as comunidades mocambeira pós-palmares.

Com a destruição do *mocambo rei Macaco*, em 1694, como foi dito anteriormente, após a decapitação de Zumbi (20 de novembro 1695), outros líderes dos palmarinos assumiriam a vacância do cargo e os combates nas matas continuaram. Contudo, em 1696 foi atacado o mocambo de Quissama²³. A liderança de Palmares nesse período foi sucedida pelo negro Camoanga e depois, após seu assassinato em 1706, assumiria o comando dos mocambos Mouza. Provavelmente outros indivíduos assumiram a liderança de Palmares, mas seus nomes ainda não foram revelados.

²¹ ANDRADE, Manoel Corrêa de. “Geografia do quilombo” In MOURA, Clóvis (Org). *Op. Cit.*, p. 81.

²² GOMES, *Op. Cit.* p. 29

²³ Os mocambos recebiam a denominação de seus líderes. Quissama, partindo deste conceito, poderia ser mais um dos líderes tanto dos que havia em Palmares e tinha convivido no mesmo período que Zumbi. Ele e a maioria dos lugar-tenentes dos palmares ficaram sem registro.

Os mocambos no século XVIII foram combatidos veementemente, sendo que, os palmarinos, *filhos das matas* e mestiços, já se encontravam entre os roceiros pobres livres, provavelmente, mantendo relações amistosas com os fazendeiros e plantadores de partido de cana, e outros trabalhando no comércio. Fortes indícios apontam que a necessidade de víveres e a falta de mão-de-obra no campo, abriram as portas para os roceiros mestiços palmarinos ocuparem espaços na sociedade como colonos da *Res publica*.

Por estas linhas, chega-se a conclusão das seguintes observações. Palmares não fazia parte de uma unidade, naquelas matas viviam grupos autônomos – não coligados ao quilombo rei da Serra da Barriga. Grupos de vários tipos e tamanhos diversificados, citamos só como exemplo os Bushnegroes²⁴ do tempo dos holandeses. Logo, o que se pode constatar é que a ideia de isolamento atualmente já está descartada.

As fontes documentais trazem, entre linhas, informações que podem sustentar uma cumplicidade entre palmarinos e homens livres. Em acordo firmado em 1691 como o comande dos paulistas, Domingos Jorge Velho e o Governador da capitania de Pernambuco, João da Cunha Souto-Mayor²⁵, declarava na cláusula de número 13:

Que o senhor governador dê poder ao Coronel Domingos Jorge Velho para mandar prender a qualquer morador destas Capitânicas; e com evidencia lhe constar socorre aos negros dos Palmares; e o terá no seu Arayal seguro athê mandar tomar conhecimento do crime o dispor dele o que lhe parecer sem embargo de ser peçoã de qualquer calidade²⁶.

Domingos Jorge Velho, através do seu procurador, Bento Sorrel Camiglio, vez por outra, queixava-se ao Governador da capitania dos moradores brancos que davam guarida aos

²⁴MARQUES, Dimas Bezerra. *Pelo bem de meus serviços, rogo-lhe está mercê: influência da guerra de Palmares na distribuição de mercês (Capitania de Pernambuco, 1660-1778)* 2014. 145 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014. Ao dialogar com Romulo Nascimento, este autor citou um grupo de negros (os *Buscneegers*) que, no período holandês, vivia de ataques e não eram vinculados aos Palmares. Clóvis Moura, por outro lado, classificou estes de *Bushnegroes*, provavelmente, os mesmos indivíduos citados por Dimas, segundo referências de Moura: “Durante o domínio holandês no Nordeste, especialmente em Pernambuco, os escravos aproveitaram-se da situação para fugir. Além daqueles que se organizaram em quilombos, houve os que optaram pelo bandoleirismo e em bando, atacavam as estradas e fazendas para roubar ou incendiar propriedades (...) semeavam o terror tanto da classe senhorial luso-brasileira como entre os ocupantes batavos”: MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2013 p.72.

²⁵ O nome aparece aqui separado e Maior com “y” obedecendo à escrita da época.

²⁶ Documento disponível na Torre do Tombo: ENNES, Ernesto. *As guerras nos Palmares* (subsídios para a sua história) 1º volume: Domingos Jorge Velho e a Tróia Negra 1687-1709. São Paulo: Brasiliense, 1938, p 240. Encontra-se, também, disponível no AHU-PE o documento: AHU_CU_015, Cx. 13, D. 1345, Carta do [governador da capitania de Pernambuco], João da Cunha Souto Maior, ao rei [D. Pedro II], sobre a guerra dos negros dos Palmares e os danos provocados por eles na dita capitania. Provavelmente é o mesmo documento que foi paleografado por Ennes.

negros levantados nos palmares²⁷. Por vez, este é um dos pontos que devemos, posteriormente, avançar na nossa pesquisa. Outros pesquisadores (Décio Freitas, Flávio Gomes, Dirceu Lindoso, etc.) concordam que havia uma relação de cumplicidade dos roceiros brancos e fazendeiro com os mestiços das matas palmarinas. Por essa ótica, Palmares foi consequência direta da precariedade administrativa da experiência colonial; da necessidade de colonos da parte sul; e ainda, resultado das transformações políticas econômicas e sociais ocorridas nos domínios no Ultramar no final do século XVII.

Contudo, houve, como resultado da carência da mão de obra, uma certa *negligência* que viria beneficiar diretamente os *filhos do mato*. Esses haviam abandonado a velha tática de resistência – através das armas e mocambos fortificados – tornando-se, assim, servos de Vossa Majestade, convivendo de forma pacífica com os colonos, principalmente os paulistas²⁸ e os *gentio brabo* (índios) com os quais identificaram-se e formaram laços por aquelas matas e sertões²⁹.

Uma outra observação faz referência à diversidade étnica das comunidades mocambeiras. Tanto o acordo firmado com Domingo Jorge Velho, citado anteriormente, quanto a maioria dos documentos faz referência da captura dos pretos e seus descendentes, portanto ficaram acéfalos os pardos, mulatos, caboclos, brancos, ciganos e outros homens e mulheres livres que viviam nos quilombos e, na sua maioria, foram omitidos pela história.

Sinais ou vestígios de um outro Palmares: introdução ao tema

Definiremos “*Um outro palmares*” como o resultado das várias comunidades de roceiros miscigenados remanescentes do mocambo dos Palmares que permaneceram nas matas em interação com os pequenos agricultores e roceiros pobres no século XVIII. Esses, participaram da formação das comunidades rurais e do processo de ocupação e “colonização”, com traços visíveis até os dias de hoje, principalmente, na tradição da população rural.

²⁷ Cf: ENNES, Ernesto. Op. cit.

²⁸ Para manter o processo de colonização foram levantados pelos paulistas dois arraiais, um nas imediações de Atalaia, comandada por Domingos Jorge Velho; e o outro à seis léguas de Porto Calvo, administrado pelo sargento-mor do Terço dos paulistas, Chistovão de Mendonça Arraes, Cf.: FREITAS, Mário Martins, Op. Cit., p. 377.

²⁹ O Estado português mostrava-se preocupado com os habitantes dos sertões. Os ditos vadios e facinorosos de vez em quando eram submetidos a reconhecimento e controle, conforme ordens do Secretário do Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Governador da capitania de Pernambuco, Conde da Vila da Flor e Copeiro-mor Antônio de Souza Manoel de Meneses, em que dava deferimento das ordens recebidas através de ofício de 01 de Abril de 1767. Documento microfilmado e disponível em: <<http://www.liber.ufpe.br/ultramar/modules/visualizador/>>, acessado em 12 de abril de 2016 cujo código de arquivo digital é: AHU_CU_15, Cx. 104, D. 8079.

Como objeto de estudo, “*um outro palmares*” surge à luz da oralidade; das lendas, dos contos e dos causos comuns da região portocalvense. Seguindo essa linha e das tradições dos antigos moradores, os “*cabôcos brabos*”³⁰ (provavelmente descendentes dos palmarinos/papa-méis³¹), estes construía suas moradas nas matas, onde viviam de forma “selvagem”.

Conforme ainda apontam essas lendas, aquela população não tinha um local fixo e eram astutos na arte de usar a vegetação para se camuflar, geralmente evitando o contato com a civilização. Conta-se que viajantes, moradores e caçadores, vez em quando, encontravam “vestígios desses povos”; peças de cerâmicas rústicas que receberam a alcunha popular de “*panelas de cabôcos*”³² ou *botijas*³³. Sem nos estender muito aos por menores, relatos como estes encontramos nas tradições espaciais ruralistas como parte do folclore dos alagoanos.

Com efeito, o mito dos “*cabôcos brabos*” foi ganhado notoriedade histórica ao passo que, naquela região, foram encontrados, em 2009, em terras dos fazenda Pedra Branca, no local denominado de Serra de Pedra, município de Campestre-Al, duas igaçabas funerárias indígenas, ferramentas líticas, além de outros fragmentos de cerâmicos³⁴ com características idênticas as produzidas pelo indígenas da região em um período remoto da história “Alagoana”. Em outro instante, na cidade de Jacuípe, arqueólogos encontraram peças de cerâmica com características portuguesa. As contribuições arqueológicas e historiográficas serviram de base para encontrar substancialidades nas narrativas orais, conforme veremos mais adiante.

Contudo, para efeitos científicos o *mito* só pode ser analisado como parte de uma “realidade” quando encontramos provas materiais para, assim, submetê-las à análise, estudos

³⁰ Com ênfase na originalidade das tradições, utilizamos o termo “*cabôco*” obedecendo a pronúncia para determinar o indivíduo que mora nas matas da qual trata as narrativas lendária. Por sua vez, o elemento *caboclo* é definido por Schwartz como integrantes do processo de miscigenação do Brasil. Era a denominação que recebia os filhos de brancos com índios que, também, poderiam ser denominados de *mestiços ou mamelucos*. SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p. 184.

³¹ Cf. LINDOSO, Dirceu. *A utopia armada: rebelião de pobres nas matas do Tombo Real*. 2 ed. Maceió: EDUFAL, 2005.

³² Alguns desses objetos, grosso modo, nos parece como sendo de origem indígena, porém estudos mais detalhados nos dariam mais subsídios para estudar o material coletado.

³³ Segundo o dicionário Aurélio, o nome *botija* está relacionado a vasilha cilíndrica, de boca estreita, gargalo curto e pequena asa. No entanto, botija faz parte do folclore brasileiro, principalmente, no Nordeste e geralmente é definido como qualquer pertence de valor enterrado e que pertenceu a alguém no passado. Segundo os moradores da região de Porto Calvo, *nos tempos antigos não havia banco e as pessoas da zona rural tinha por costume enterrar o dinheiro*.

³⁴ Embora não temos informações concretas, sabemos que um grupo de arqueólogos da UFBA, liderada pela arqueóloga Indira, encontraram artefatos, em 2011, no local denominado Serra de Pedra, município de Campestre. Na oportunidade foram recolhidos amostra dos solo e fragmentos cerâmicos. Por hora são estas as únicas informações que dispomos.

e comparações pois “a evidência oral sem comparação é considerada pobre”³⁵. Sendo assim, buscaremos construir uma análise com o auxílio da historiografia sobre os quilombos e dos relatos orais – mitos dos *cabôcos brabos* – referências à luz da dos fatos históricos, amparados do mesmo modo nos documentos primários.

Por outro lado, em 1991, o historiador e arqueólogo Pedro Paulo Funari – na época, docente pela Universidade Federal de Alagoas –, liderou o *Projeto Arqueológico Palmares*. Ao estudar o quilombo *por meio da arqueologia histórica*³⁶ encontrou evidências concretas da existência de indivíduos das três esferas culturais na região: branco, negro e índio. Com relação aos artefatos encontrados por Funari na Serra da Barriga, identificam-se

(...)peças feitas à mão, sem recurso do torno de oleiro, de diversos tipos. Elas apresentam características indígenas, mas também alças e, em alguns casos, decoração semelhantes a encontradas na África meridional no mesmo período(...) O material vidrado³⁷ proveniente de Palmares, contudo, não consiste de peças finas fabricadas na Europa e exportadas, mas são utilitárias, provavelmente feitas na costa pelos colonos para uso diário. Essa diversidade de tipos cerâmicos atestaria tanto a originalidade da cultura material usada no quilombo como suas múltiplas origens – africanas, indígenas, ibéricas, coloniais³⁸.

Por essa ótica há de se levantar vários questionamentos, por exemplo: que relações teriam os achados arqueológicos da Serra da Barriga com as igaçabas e ferramentas líticas e cerâmicas encontradas em Serra de Pedra, Campestre e com as cerâmicas do tipo portuguesa em Jacuípe? Qual a datação desses artefatos, quem e porque construíra? Bem, como todo cientista, o historiador tem também suas limitações, provavelmente a relação poderia ser apenas pensada no âmbito cultural, no entanto sem uma comprovação, qualquer suposição seria mera especulação. Enfim, o fato de existir provas de grupos ameríndios vivendo nessas matas realça, de certa forma, a questão do mito da tradição oral. Quanto a questão das evidências culturais, Funari discorre que *os seus estudos arqueológicos começaram apenas na década de 1990*, assim, complementa o arqueólogo,

a importância das influências africanas, ameríndia e europeia na comunidade, por exemplo, continua sendo motivo apenas de especulação, por outro lado, o ponto de vista tradicional consiste em afirmar que os fugitivos viviam “da mesma maneira que faziam em angola”. Contudo, se índios, europeus e africanos viviam e

³⁵ PRINS, Gwyn. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas Perspectivas*. São Paulo, Nova 2011, p. 173.

³⁶ Cf. FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. *A arqueologia de Palmares: sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana*. In: REIS; GOMES *Op. Cit.*, p. 36.

³⁷ Grifo nosso.

³⁸ FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira de. *Palmares, Ontem e Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005, p. 49.

interagiam, como indicam os documentos escritos, então devia tratar-se, provavelmente, de uma sociedade multiétnica, embora predominasse o negros e mestiços³⁹

A historiografia e os documentos primários, por outro lado – nos quais pretendemos nos amparar – diga-se de passagem, também servem de referência para a Arqueologia⁴⁰, e vem contribuindo sistematicamente para encontrar resposta *mais ricas* referentes aos *caboclos* das matas norte de Alagoas, supostos herdeiros da tradição palmarina.

Antes de nos enveredarmos por esses ares, vale a ressalva *a priori*, que além de caboclos vivendo nesses espaços geográficos haviam muitos grupos ameríndios de várias etnias e tempos variados. O historiador e etnólogo, Dirceu Lindoso, que, provavelmente, teve acesso a pesquisa de Funari, acrescentou: “*sabemos com certeza que onde se formou o Quilombo dos Palmares é uma área geográfica de matas úmidas ocupadas por aldeias indígenas na época da Precedência*”⁴¹. Mais adiante, realça a atenção para o elemento dos grupos étnicos em Palmares: pois a “*contribuição de outras etnias não-negro-africano, como as de brancos pobres e mestiços e de índios*”⁴² viveram em um mesmo espaço. Já Duque acrescenta que estes personagens “*recriaram um mundo novo dentro dos vários mundos da escravidão*”⁴³. Esse contato com outros grupos e *fusão de diferentes culturas coloniais, europeias e africanas* criaram o que Pedro Paulo Funari chamou de “*identidade palmarina*”⁴⁴.

Palmares havia alcançado proporções “épicas” presente no imaginário espacial das comunidades remanescentes não só visíveis através de *sinais*, mitos e lendas, algo singular no *modus vivendi* da cultura alagoana, como também, na sua própria historiografia, sobre os remanescentes quilombolas Manoel Diegues Júnior escreveu:

Durante os Palmares e depois dele, no decorrer dos tempos, apareceu realmente alguns outros quilombos de negros escravos, fugidos quase sempre de engenhos. Nenhum teve a extensão e a fama do da serra da Barriga. Este resumiu toda a epopeia do negro no Brasil.⁴⁵

³⁹ FUNARI, Pedro Paul, Op. Cit., p. 36.

⁴⁰ Cf. MORAIS, João Carlos Lima de. “Cultura Tupiguarani em Alagoas”, *Revista Crítica de História*, Ano IV, nº 7, julho/2013.

⁴¹ LINDOSO, Dirceu. *O Poder quilombola: a comunidade mocambeira e a organização social quilombola*. Maceió: Edufal, 2007, p. 29.

⁴² LINDOSO, Op. Cit., p. 26.

⁴³ DUQUE, Adalto Neto Fonseca. *Comunidades negra rurais no norte do Ceará: Identidade, Memórias e Etnicidade*. Comunicação apresentada nos Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH * São Paulo, Julho 2011.

⁴⁴ FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira de. *Palmares, Ontem e Hoje*, Op. Cit., p. 51.

⁴⁵ DIEGUES, Júnior, 1980, Op. cit., p.167.

Os grupos apresentados por estes pesquisadores têm uma particularidade que os identificam dentro da sociedade escravocrata no Antigo Regime, a pobreza. Lindoso por outro lado, na sua visão etnocêntrica descreveu a precariedade da população *palmarina* da seguinte forma:

A pobreza mocambeira ou quilombola tinha características culturais nítidas, pois era formada por uma massa de ex-sociais de transitórias nítidas, vida autônoma que, quando despossuído da condição de ex-sociais, retornavam à servidão. Essa pobreza mocambeira durou até o século XIX, quando os últimos mocambos, como o de Catucá, nas proximidades do Recife, foram destruídos ou desapareceram com a Abolição, em 1888⁴⁶.

Por outro lado, pode-se dizer que o “romantismo clássico” contribuiu para alicerçar o *mito*. Alguns historiadores, como Décio Freitas, Oliveira Martins, Joel Rufino e outros comparavam palmares às lutas míticas, como a dos troianos⁴⁷. Em outro momento, Zumbi foi comparado ao escravo do período romano Espártacos⁴⁸, como se o primeiro lutasse pelos mesmos ideais do escravo trácio, características teóricas do romantismo histórico sobre palmares.

Foi Freitas, influenciado pela visão histórica marxista, um dos primeiros a enxergar nos palmarinos compondo uma “sociedade de classe”⁴⁹. Vale ressaltar, aqui, que a contribuição de Freitas para a historiografia dos quilombos é algo incontestável “*suas análises trouxeram novos pontos de reflexão sobre o tema de Palmares*”⁵⁰. Porém algumas informações não foram bem esclarecidas por ele. Ainda sobre a narrativa da realidade mítica de Freitas, Funari citado por Schwartz, ressaltou que,

A afirmação de que Zumbi foi educado por jesuítas e outros aspectos putativo de sua biografia, publicada em Décio Freitas (...) nunca foram substanciados pela devida remissão aos documentos ou arquivos no qual essas informações foram supostamente obtidas⁵¹.

Ainda em referência ao romantismo histórico, Flávio Gomes aponta ainda que no momento em que o Brasil passou pela repressão da Ditadura Militar, ícones como Zumbi foram espelhos para o movimento negro *como o quilombismo de Abdias do Nascimento*⁵².

⁴⁶ LINDOSO, Op. Cit. p. 32.

⁴⁷ Verificar Oliveira Martins e a Tróia Negra.

⁴⁸ FREITAS, Décio, Op. Cit., p.161.

⁴⁹ FREITAS, Décio. *Escravos e senhores de escravos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 65.

⁵⁰ GOMES, Flávio dos Santos, 2005, Op. Cit., p. 39.

⁵¹ SCHWARTZ, Stuart, Op. Cit., p. 50.

⁵² GOMES, Op. Cit., 2005, p. 39.

Assim, indiretamente, saíram das *matas palmarinos* o personagem baluarte do movimento negro, alicerçando as ideologias de cor. Logo, na sociedade foi sendo formado o imaginário ruralístico, ao que tudo indica, a partir das modificações ocorridas de características, sociais econômicas e políticas durante o século XVIII.

Por conseguinte, supomos, que a sociedade alagoana, formou-se em virtude da mestiçagem e *tradição palmarina*, ou seja, grupos minoritários identificaram-se com os mestiços dos palmares. O trabalho árduo do corte da cana associado às péssimas condições de trabalho tem sido utilizado no discurso dos oprimidos e corrobora para uma associação aos escravos palmarinos⁵³. Então, o *mito vindo das matas* foi tomando espaço na imaginação popular na zona da mata alagoana.

Referências

- CARNEIRO, Edson. *O Quilombo dos Palmares*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- COSTA, Craveiro. *História das Alagoas (Resumo Didático)*. São Paulo: Proprietária (1931).
- DIEGUES JUNIOR, Manuel. *O banguê nas Alagoas, Traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional*. 2. ed. Maceió, EDUFAL, 1980.
- DUQUE, Adalto Neto Fonseca. *Comunidades negra rurais no norte do Ceará: Identidade, Memórias e Etnicidade*. Comunicação apresentada nos Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH * São Paulo, Julho 2011.
- ENNES, Ernesto. *As guerras nos Palmares (subsídios para a sua história) 1º volume: Domingos Jorge Velho e a Tróia Negra 1687-1709*. São Paulo: Brasiliense, 1938.
- FREITAS, Décio. *Palmares a guerra dos escravos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- _____, *Escravos e senhores de escravos*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- FREITAS, Mário Martins de. *Reino negro de Palmares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.
- FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira de. *Palmares, Ontem e Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- _____, *A arqueologia de Palmares: sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana*. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁵³ Cf. SANTOS, Joel Rufino dos. *Zumbi*. São Paulo: Global, 2006.

GOMES, Flávio dos Santos. *Palmares escravidão e liberdade no Atlântico Sul*. São Paulo: Contexto, 2005.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LINDOSO, Dirceu. *A utopia armada: rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real*. 2. ed. Maceió: EDUFAL, 2005.

_____, *O poder quilombola: a comunidade mocambeira e a organização social quilombola*. Maceió: EDUFAL, 2007.

MARQUES, Dimas Bezerra. *Pelo bem de meus serviços, rogo-lhe está mercê: influência da guerra de Palmares na distribuição de mercês (Capitania de Pernambuco, 1660-1778)* 2014. 145 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2014.

MORAIS, João Carlos Lima de. “Cultura Tupiguarani em Alagoas”, *Revista Crítica de História*, Ano IV, nº 7, julho/2013.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2013.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. “Economia de Palmares” In MOURA, Clóvis (Org.). *Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil*. Maceió: EDUFAL, 2001.

PÉRET, Benjamin. *O quilombo dos Palmares*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

PRINS, Gwyn. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas Perspectivas*. São Paulo, Nova 2011, p. 173.

ROCHA PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa, 1730*.

SANTOS, Joel Rufino dos. *Zumbi*. São Paulo: Global, 2006.

SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos roceiros e rebeldes*, trad. Jussara Simões. Baurú, SP: EDUSC, 2001.

SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas solidões vastas e assustadoras – Os pobres do açúcar e conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

VAINFAS, Ronaldo. Deus contra Palmares: representações senhoriais e ideias jesuíticas in REIS, João José; GOMES, Flávio do Santos. *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.